Cotação
•Dólar: R$ 5,87
•Euro: R$ 6,65

COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Segunda-Feira • 14 de Abril de 2025

CLIPPING

Efemérides

Hoje	15 de Abril
• Dia Pan-Americano	• Dia da Conservação do Solo • Dia do Desarmamento Infantil • Dia Mundial do Desenhista

Agenda do Prefeito

Hoje	15 de Abril
• 17h30: Despache com o chefe de gabinete Dr Marcelo Paiva no Gabinete do Prefeito	• 17h30: Despache com o chefe de gabinete Dr Marcelo Paiva no Gabinete do Prefeito

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Tamoios News • Radar Litoral • G1 Vanguarda • Fala Caragua • Litoral em Pauta • Diário Caiçara • Jornal do Litoral • Noticias das Praias • Ubatuba Times • Agora Vale • TV Thati •

Índice

Política **4**
O Estado de São Paulo 4
O Estado de São Paulo 5
O Estado de São Paulo 6
Folha de São Paulo 6
Folha de São Paulo 8
Folha de São Paulo 9
Câmara Municipal de Caraguatatuba homenageia 13 personalidades caiçaras em sessão solene de entrega de títulos 10
Prefeitura de Caraguatatuba pretende transformar navio aposentado pela Marinha em espaço cultural 11
Estado vai rever projeto e promover audiências públicas antes de duplicar Rio-Santos entre Caraguatatuba e Ubatuba 12
ENTREVISTA EXCLUSIVA: Mateus Silva fala sobre os desafios e prioridades à frente da Prefeitura de Caraguatatuba 13
Cotidiano **14**
O Estado de São Paulo 14
O Estado de São Paulo 15
O Estado de São Paulo 16
Folha de São Paulo 17
Folha de São Paulo 18
Folha de São Paulo 19
Expectativa de 100% de ocupação hoteleira marca feriados nacionais e Aniversário de Caraguatatuba 20
Grupo de moradores de Caraguá realiza movimento 'Eu me importo' em defesa dos animais 21
Projetos artísticos e culturais podem se inscrever para patrocínio até 26 de maio 22
Evento de tecnologia de inclusão de gênero é destaque no dia 24 de abril em Caraguatatuba 23
Etec de Caraguatatuba faz consultoria gratuita para declaração do IRPF dias 8 e 9 de maio 24
Pré-Conferências sobre Direitos da Pessoa Idosa começam nesta segunda-feira (14) 25
Caraguatatuba promove palestras sobre Transtorno do Espectro do Autismo 26
Alunos da EMEI/EMEF Benedito Inácio Soares fazem blitz educativa com motoristas em Caraguatatuba 27
Retomada do Programa de Regularização Fundiária beneficia moradores de Loteamento Recanto do Sol e Tinga 28
Caraguatatuba regulariza pagamento do piso da enfermagem a profissionais conveniados 29
Geral **29**
Bombeiros combatem incêndio em apartamento na zona sul de Caraguá 30
Carro fica destruído após pegar fogo em Caraguatatuba, SP 31
GCM apreende máquinas caça-níqueis no Jaraguazinho, em Caraguatatuba 32
Turismo e Esporte **33**
Surfista Katellyn Alves é campeã da 2ª etapa do Brasileiro de Longboard em Sergipe 33

Seletiva para os Jogos Regionais da Melhor Idade é encerrada em Caraguatatuba..... 34
15ª Paixão de Cristo de Caraguatatuba será encenada no Complexo Turístico do Camaroeiro.....35
Clipping Eletrônico..... 36
Entrevista com o Educador Físico, Mário Ferreira, para a TV Câmara..... 36

Política

O Estado de São Paulo

Governo Lula mantém falha na segurança pública, mas dá drible na oposição com PEC

O governo Lula falha na segurança pública desde o começo do mandato, mas deu um nó na oposição ao apresentar ao Congresso uma PEC para tratar do assunto. A ideia é mostrar que o tema não é monopólio da direita. Ontem à noite, o ministro Ricardo Lewandowski (Justiça) participou de uma conversa com advogados de esquerda e magistrados em São Paulo. Um dos anfitriões, o criminalista Pierpaolo Bottini ressaltou que a esquerda puxa a pauta da segurança pública para si com esta PEC. Desde 2023 o presidente Lula foi alertado pela base de que perdera o debate sobre o tema, mas a reação só veio depois que a popularidade despencou neste ano. Parlamentares da oposição buscam declarações polêmicas do presidente para apontar "descaso" com a pauta.

VEJA BEM. A oposição resgatou vídeo de Lula lamentando a morte de jovens "às vezes inocente ou às vezes porque roubou um celular". O petista passou a dizer que não permitiria que o País virasse "república de ladrão de celular".

BARRADOS. Pelo menos 8.799 imigrantes ilegais foram impedidos de entrar no Brasil em 2024. É o maior número em 5 anos, de acordo com os dados obtidos pela *Coluna* por meio da Lei de Acesso à Informação. No ano passado, o País passou a restringir a entrada sem visto, após a PF identificar que o Brasil se tornou uma rota para o tráfico de pessoas.

COBERTURA. A vereadora **Zoe Martínez** (PL-SP) quer que Prefeitura de São Paulo pague pela defesa de guardas municipais que sofrem processos jurídicos relacionados ao desempenho da função. Ela apresentou projeto que autoriza a contratação de advogado e pagamento das custas processuais desses profissionais.

NA REDE. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) abriu ontem uma investigação contra um servidor que usou perfil oficial da corporação no Instagram para elogiar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e criticar Lula. "Bolsonaro doente junta mais gente que Lula são e inaugurando obra", publicou a página da PRF no Rio Grande do Norte, onde Bolsonaro esteve na sexta-feira.

OUTRO LADO. "A publicação foi imediatamente removida e, por prevenção, o perfil foi retirado do ar por tempo indeterminado", afirmou a PRF à *Coluna*.

TORNOZELEIRA. Aildo Francisco Lima, que fez uma live na cadeira do ministro Alexandre de Moraes durante a invasão do STF no 8 de Janeiro, deixou a prisão de Limeira (SP) no sábado, após um ano e meio detido. É réu por 5 crimes. Moraes autorizou o regime domiciliar depois que a defesa apontou que o pai de Lima tem problema grave de saúde.

O Estado de São Paulo

Parlamentares enviam R$ 550 mi em emendas para fora de reduto em 4 anos

STF tenta coibir a prática, que contraria o argumento de que o crescimento dessas verbas se justificaria pela adaptação às demandas locais; especialistas apontam falta de critérios

HUGO HENUD

Deputados federais e senadores destinaram mais de R$ 550 milhões em emendas parlamentares para Estados diferentes daqueles pelos quais foram eleitos nos últimos quatro anos. Somente em 2024, os repasses interestaduais somaram cerca de R$ 252 milhões.

A prática, na avaliação de especialistas ouvidos pelo **Estadão**, contraria o argumento frequentemente usado pelos próprios parlamentares de que o crescimento dessas verbas se justificaria pelo vínculo com suas bases eleitorais e pelo conhecimento das demandas locais — e também levanta dúvidas sobre a transparência dos recursos, o controle dos repasses e a efetividade do uso do dinheiro.

Embora não seja ilegal, o repasse interestadual entrou no radar do Supremo Tribunal Federal (STF). Em agosto de 2024, o STF proibiu esse tipo de destinação para as emendas individuais do tipo Pix, uma modalidade que permite a transferência direta de recursos públicos sem exigência de justificativa prévia ou fiscalização antecipada.

O levantamento inédito, realizado em parceria com a plataforma Central das Emendas, levou em conta apenas as emendas individuais. No último ano, foram R$ 252 milhões em dinheiro público destinados por congressistas a Estados diferentes de suas bases de origem. As bancadas do Distrito Federal e da Bahia lideraram esse movimento, com R$ 39 milhões e R$ 31 milhões, respectivamente, enviados para fora de seus redutos eleitorais.

DIMENSÃO. Apesar de representarem pouco mais de 2% do total das emendas pagas em 2024, os R$ 252 milhões correspondem a uma quantia capaz de bancar centenas de obras públicas e influenciar alianças políticas em diferentes regiões, avaliou Bruno Bondarovsky, pesquisador da PUC-RIO e responsável pelo desenvolvimento da Central das Emendas.

"Esse dinheiro foi parar em outros Estados, frequentemente por razões mais políticas do que técnicas. Não importa se é 1% ou 10%, é preciso entender as motivações dos parlamentares em mandar dinheiro para outro Estado e se elas estão alinhadas com os eleitores que entendem representar no Estado."

WILTON JUNIOR / ESTADÃO

Levantamento feito em parceria com a Central das Emendas levou em conta só as emendas individuais

A diretora da Transparência Brasil, Maria Atoji, concordou e ressaltou que o volume revela um padrão estratégico de uso dos recursos, frequentemente alheio à lógica territorial que os parlamentares dizem defender. Essa dinâmica, avaliou ela, não apenas fragmenta ainda mais o orçamento, como também resulta em políticas públicas ineficientes, desordenadas e de baixa qualidade, por priorizar interesses subjetivos em detrimento de critérios técnicos e das prioridades estratégicas definidas em nível nacional pelo Executivo. "O problema não é apenas o destino, mas o fato de o dinheiro sair sem critério técnico, sem plano e sem integração com políticas públicas de escala. Isso aprofunda distorções federativas e enfraquece o planejamento nacional", afirmou Atoji.

Aumento

R$ 252,4

milhões foi o total de recursos repassados por parlamentares em 2024 para outros Estados; em 2023, esse número havia sido de R$ 106,2 milhões, o que já representava um acréscimo em relação aos montantes registrados nos anos de 2022 (R$ 67,9 milhões), de 2021 (R$ 65,4 milhões) e de 2020 (R$ 58,6 milhões).

DO ACRE PARA SÃO PAULO. O levantamento identificou, por exemplo, que parlamentares do Acre, um dos Estados com menor arrecadação e maiores carências estruturais do País, destinaram R$ 6,8 milhões em emendas para São Paulo em 2024. Para Atoji, casos como esse ilustram como os recursos acabam usados como moedas políticas, muitas vezes alheias às reais prioridades nacionais.

O analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento Humberto Alencar também apontou que esses recursos podem ter impacto desproporcional nos municípios de destino, onde muitas vezes não há investimento federal direto de outras fontes. Ao mesmo tempo, destacou ele, o envio de emendas para fora do Estado pode representar a renúncia a investimentos urgentes nas cidades de origem do parlamentar, justamente as que, em tese, o político conheceria melhor e teria compromisso em atender.

"Quando um parlamentar ignora demandas locais para beneficiar outra região, ele está deslocando recursos de áreas que muitas vezes têm maior carência e menor acesso a Brasília. Para cidades pequenas, um repasse de R$ 1 milhão muda o jogo. É uma influência que vai muito além do valor porcentual no orçamento", disse.

A lógica se reflete em exemplos concretos. Em 2024, os parlamentares do Tocantins destinaram R$ 18,2 milhões em emendas para São Paulo, o Estado mais rico e estruturado do País. Já a Bahia transferiu R$ 37,8 milhões para o Rio, igualmente sem qualquer vínculo direto com o eleitorado local.

Ranking

São Paulo foi o Estado mais beneficiado em 2024, com total de R$ 87 milhões, seguido por Goiás

Para o economista Marcos Mendes, esse tipo de movimentação ajuda a entender a disparidade na distribuição das emendas parlamentares, em que alguns municípios recebem uma quantidade significativa de recursos, enquanto outros se tornam verdadeiros "desertos orçamentários" por não contarem com representantes eleitos no Congresso.

Humberto Alencar foi além e ressaltou que o cenário é ainda mais preocupante por envolver emendas individuais, criadas para atender demandas locais com base na relação direta entre parlamentares e suas bases eleitorais. "Quando esse tipo de recurso é usado para repassar dinheiro a outros Estados, a justificativa fica ainda mais difícil."

Para ele, se fossem emendas de comissão ou de bancada, haveria ao menos o argumento de que os repasses estariam vinculados a projetos estruturantes ou de interesse nacional. "Dá a impressão de que há um jogo combinado entre os parlamentares, uma troca de favores."

Em 2024, São Paulo foi o maior destino de emendas interestaduais, com mais de R$ 87 milhões em recursos pagos por parlamentares eleitos em outras unidades da federação.

AS PERDAS PAULISTAS. O movimento, porém, também ocorre na direção oposta: deputados e senadores eleitos por São Paulo destinaram verbas para Estados como Paraíba, Ceará, Maranhão e Tocantins, reforçando a desconexão entre o uso das emendas e o argumento de que elas serviriam como resposta direta às demandas locais. Na sequência entre os Estados que mais receberam recursos de fora estão Goiás, o Rio Grande do Sul, que sofreu com as enchentes no ano passado, e o Ceará.

Em agosto do ano passado, o ministro do STF Flávio Dino determinou que parlamentares só podiam destinar emendas Pix aos Estados pelos quais foram eleitos, proibindo, portanto, os repasses para outras unidades da federação. Na ocasião, Dino justificou que a prática compromete a transparência e a rastreabilidade na execução das emendas parlamentares e, por isso, restringiu a manobra a projetos de âmbito nacional cuja execução ultrapasse os limites territoriais do Estado do parlamentar.

Para Maria Atoji, a sinalização de Dino indicou que o Supremo identificou o crescimento dessa prática nos últimos anos e, com a medida, buscou coibir os repasses interestaduais. "Os órgãos de controle precisam estar atentos a esses movimentos."

Humberto Alencar pondera que, mesmo com os limites impostos pelo STF, a dinâmica dos repasses continua a expor brechas no sistema de controle das emendas e reforça a necessidade de repensar o modelo atual, que ainda permite distorções na distribuição dos recursos e enfraquece a lógica federativa. ●

O Estado de São Paulo

Mercado teme que governo mire eleições e deixe ajuste fiscal de lado

Tensão criada por tarifaço do presidente americano também afeta juros de títulos que vencem no curto prazo

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

Ao examinar as contas públicas, o ex-secretário do Tesouro e head de macroeconomia do ASA, Jeferson Bittencourt, cita outro tipo de comparação para acompanhar a trajetória dos juros embutidos nos títulos vendidos pelo governo. Esse outro fator é a diferença entre os preços do Brasil e dos Estados Unidos.

Essa comparação é mais favorável ao Brasil atualmente. Entre 2015 e 2016, no governo Dilma Rousseff, os títulos brasileiros foram precificados com taxas sete pontos porcentuais acima do que pagavam os papéis americanos (Treasuries). Hoje, a diferença é menor: de 5,5 pontos em média. Por outro lado, Bittencourt estima que, desta vez, o patamar de 7% deve durar mais tempo, superando a crise passada.

Em meio ao tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, as tensões no mercado mundial aumentaram e afetaram o Brasil. As taxas dos títulos públicos com vencimento no curto prazo aumentaram, o que também acabou afetando o longo prazo.

O Tesouro IPCA 2026, por exemplo, atingiu taxa de 9,51% na sexta-feira passada, ante 9,29% há uma semana. Já o papel com vencimento em dez anos, mais sensível à política fiscal, foi cotado a 7,76%, vindo de 7,56% sete dias atrás.

Taxas altas prejudicam não só o governo, mas também os investimentos de empresas. O índice é o preço pago diretamente pelo Tesouro e serve como referência para outros tipos de investimento no mercado. Investidores privados costumam arcar com custos ainda maiores ao tomar empréstimos.

"Até 2027, não vai ter mudança importante nenhuma. torno de 2% a 3% (*ao ano*), mas da pior maneira possível, via consumo, sem aumentar investimento e ganho de produtividade", diz o CEO da Cx3 Investimentos, Julio Ortiz.

FRUSTRAÇÃO. Em dezembro, o governo concluiu o pacote de corte de gastos, que ficou aquém do esperado pelo mercado. Na visão de analistas, foi ali que o setor econômico consolidou o entendimento de que a gestão petista não faria um ajuste suficiente para manter o arcabouço fiscal em pé e sanear o déficit das contas públicas.

Efeito reduzido
Pacote de corte de gastos apresentado pelo governo foi visto como aquém do necessário por analistas

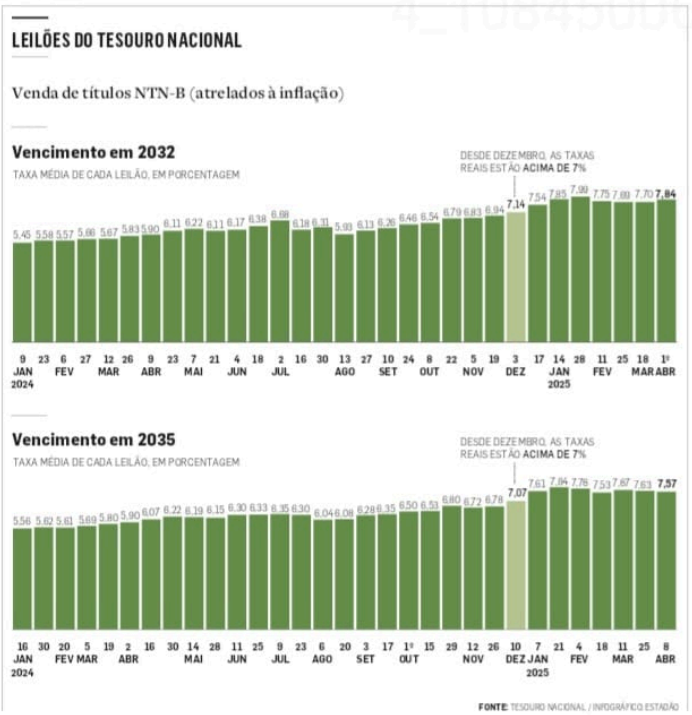
Conforme o **Estadão** mostrou, à época o governo começou a ter mais dificuldade para vender títulos e as taxas atingiram recordes, expondo a desconfiança dos investidores e uma cobrança por medidas efetivas de controle de despesas.

Analistas do mercado financeiro avaliam que o governo abandonou a agenda de corte de gastos, e, daqui para frente, vai focar em aumentar a isenção do Imposto de Renda, lançar medidas de crédito e tentar impulsionar a economia pelo consumo das famílias, de olho nas eleições presidenciais de 2026.

O cenário da dívida pública só mudaria se o governo ao menos falasse que vai colocar o ajuste fiscal como prioridade novamente, gerando uma expectativa no mercado. "O governo já demonstrou que a reeleição é mais importante do que arrumar a casa", diz Ortiz. ●

LEILÕES DO TESOURO NACIONAL

Venda de títulos NTN-B (atrelados à inflação)



FONTE: TESOURO NACIONAL / INFOGRÁFICO ESTADÃO

Em alta

9,51% foi a taxa do Tesouro IPCA 2026 negociado na sexta-feira, ante 9,29% na semana anterior

Folha de São Paulo

Ricardo Nunes e o governador Tarcísio de Freitas durante leilão do Lote Alto Tietê Rafaela Araújo - 28.mar.2025/Folhapress

Tarcísio enquadra aliados após movimentos de Nunes, Kassab e André do Prado para 2026

Governador quer equipe e parceiros defendendo sua candidatura à reeleição e fim de rumores sobre disputar a Presidência

Bruno Ribeiro, Juliana Arreguy e Victória Cócolo

SÃO PAULO A antecipação da corrida eleitoral do ano que vem, com ao menos três aliados de Tarcísio de Freitas (Republicanos) se articulando para a disputa por São Paulo, desagradou o governador, que decidiu enquadrar seu grupo e relembrar que o candidato ao governo é ele.

O reforço se deu em meio a movimentações do prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB), do secretário de Governo e presidente do PSD, Gilberto Kassab, e do presidente da Alesp (Assembleia Legislativa), André do Prado (PL), para se apresentarem como opções para suceder Tarcísio em 2026.

Entre aliados, há relatos de clima azedo entre o governador e esses nomes, com especulações sobre um distanciamento de Tarcísio — o Palácio dos Bandeirantes nega haver indisposição. No caso de Nunes, as especulações foram alimentadas pela ausência de Tarcísio em um evento da prefeitura na última quinta (10).

A cerimônia teve a apresentação de um pacote de obras que deve dar a tônica do segundo mandato de Nunes, incluindo corredores de ônibus, construção de novas vias e um VLT no centro histórico. Para dar peso ao evento, o anúncio foi feito no Theatro Municipal.

O entorno do governador alegou questões de agenda, e Tarcísio optou por participar da entrega de leitos na Santa Casa de Misericórdia, a 1,6 km de distância, no mesmo horário. O Palácio dos Bandeirantes diz que Nunes foi convidado.

Antes disso, segundo aliados, Tarcísio e Nunes já haviam conversado sobre sucessão. No último dia 1º, o governador convocou seu secretariado para uma reunião, na qual reforçou que sairá candidato à recleição — e não à Presidência, como especulado diante da inelegibilidade de Jair Bolsonaro (PL), seu padrinho político.

No encontro, Tarcísio foi enfático ao dizer que trabalha pela sua reeleição e pediu que a mensagem fosse repassada pelo grupo a terceiros. A conversa individual com o prefeito ocorreu por telefone após esse recado coletivo.

Kassab também ouviu o aviso. A relação dele com o governador já vinha desgastada desde fevereiro, quando o secretário começou a se movimentar. Em um encontro com prefeitos, por exemplo, Tarcísio não o apresentou como interlocutor para firmar parcerias com o estado, função da pasta.

Nos bastidores, o governador passou a dizer que Kassab influ o PSD ao prometer controle da máquina pública a prefeitos que se filiassem ao partido — promessa que, na avaliação dele, o secretário não poderia cumprir.

O governador também teve a mesma conversa com André do Prado, cujo trabalho em busca da candidatura é o mais distante do público. O presidente da Alesp fala sobre seus planos de tentar o governo para outros deputados estaduais desde o ano passado. Contudo, diante das reações de Tarcísio, vem mantendo o tema fora de seus discursos e o reserva apenas aos bastidores.

Um assessor disse à **Folha**, sob reserva, que o governador teme que sua aparição ao lado dos interessados no governo paulista em 2026 seja vista como um endosso às candidaturas.

Segundo esse aliado, Tarcísio não quer passar a Bolsonaro a imagem de alguém que faz jogo duplo, já que tem declarado apoio à candidatura do ex-presidente em 2026 e reforçado que, caso ele não saia candidato, acatará qualquer indicado por seu padrinho.

Como mostrou a **Folha**, o governador prefere a reeleição, mas já disse a aliados que aceitaria uma candidatura ao Planalto se Bolsonaro pedisse.

No cenário da reeleição, ao menos André do Prado e Kassab ainda têm espaço para articulações, na avaliação de aliados do grupo, mas em busca da indicação para o cargo de vice, hoje ocupado por Felício Ramuth (PSD).

Tarcísio trabalha para ter consigo PL, PSD e MDB, além das legendas de centro-direita que negociam fusões entre si até o pleito, como PP, União, Podemos e PSDB. A expectativa é que o cargo de vice esteja na costura da aliança.

Ao menos dentro do governo, a ordem de Tarcísio vem sendo cumprida. Na semana passada, durante um evento para promover rotas turísticas ligadas ao café, o secretário da Casa Civil, Arthur Lima, braço direito do governador, dizia a jornalistas: "Está vendo? Ele vai ser candidato à reeleição", enquanto Tarcísio era assediado por produtores rurais e funcionários de prefeituras que lotaram o auditório do Bandeirantes.

Folha de São Paulo

STF faz 'jogo de resgate' e premia estado e município que gasta mais

Para especialistas, Corte incentiva irresponsabilidade de gestores, e decisões que cobram ajuste deveriam ser exemplo; Gilmar Mendes diz não ver favorecimento

DESAFIO FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O histórico de decisões do STF (Supremo Tribunal Federal) a favor de estados e municípios em ações sobre temas financeiros incentiva a postura irresponsável de governadores e prefeitos na gestão das contas, segundo especialistas ouvidos pela **Folha**.

Em diversos momentos, a Corte lançou uma boia de salvação para entes que haviam acelerado despesas durante fase de bonança, mas ficaram sem recursos para honrar compromissos quando as receitas diminuíram. O prejuízo foi parar no colo da União.

Agora, com a recente expansão de gastos patrocinada pelo maior volume de transferências, inclusive via emendas parlamentares, o temor é que o ciclo se repita.

"O problema é o jogo do resgate, um aumento consistente de gastos públicos a nível subnacional com recorrentes socorros da União. E aí entra o STF com um péssimo incentivo", diz a pesquisadora Débora Costa Ferreira, que estuda incentivos eleitorais a partir das regras fiscais.

Segundo ela, a situação favorece a estratégia de reeleição dos gestores locais de atrair emendas, maximizar transferências e ampliar despesas. "Quando a situação fiscal piora, porque esse dinheiro some depois da reeleição, o STF vai lá e legitima a estratégia, porque a via do resgate está sempre disponível", disse.

Nos últimos anos, diferentes ministros decidiram impedir bloqueios de valores para cobrir calotes em dívidas, assegurar o ingresso de estados no RRF (Regime de Recuperação Fiscal) e afastar punições previstas em lei para aqueles que seguiram gastando acima dos limites. O argumento principal é que estados não podem emitir dívida própria e precisam manter o funcionamento das políticas. O STF foi procurado por meio de sua assessoria, mas não se manifestou.

Em sua tese de doutorado, de 2019, a pesquisadora Andrea Dantas retratou em números o quanto o pêndulo da Corte estava mais inclinado aos entes subnacionais. De 250 ações sobre temas fiscais movidas por estados e que já haviam sido julgadas, 218 tiveram resultado favorável a eles (87,2%). A análise precedeu o auge das ações sobre o RRF, que apenas reforçaram essa tendência.

"Há uma ideia um pouco arcaica do federalismo brasileiro, de que a União é a provedora e tem que fazer esse equilíbrio. É como se o grau de responsabilidade fiscal da União fosse um, e o do estado fosse menor", critica.

Para ela, o STF teve papel determinante no aumento das dívidas de Rio de Janeiro e Minas Gerais. Agora, eles são alguns dos principais interessados no socorro aprovado pelo Congresso Nacional e que, mais uma vez, joga a fatura no colo do governo federal, via redução de juros.

"O Supremo dá uma liminar e a mantém durante nove anos, dizendo que um estado não precisa pagar nenhuma dívida, sem nenhuma consequência ou sanção. Enquanto isso, o mesmo estado está dando aumento para servidores, usando o dinheiro de forma errada. O STF não pode lavar as mãos", afirma Dantas.

Segundo a pesquisadora, a própria Corte tem exemplos positivos a serem seguidos. Ela cita uma decisão do ministro Gilmar Mendes que, em 2019, concedeu a Goiás os benefícios do RRF, mas exigiu também as medidas de ajuste previstas na lei e uma prestação de contas a cada seis meses.

"Foi um gatilho de comportamento responsável, que gerou um ciclo virtuoso para Goiás. Rio e Minas só têm decisões favoráveis. Não pagam a dívida e vão se afundando", disse Dantas.

O ministro Gilmar Mendes diz à **Folha** que Goiás recorreu ao Supremo já tendo um cardápio de medidas de ajuste para implementar. A dificuldade era ingressar no socorro, já que a situação fiscal não preenchia os critérios.

"Ainda que uma recuperação fiscal [seja] dada por decisão judicial, ela teria que seguir os parâmetros da lei. E foi isso que nós impusemos na liminar. E isso pode ser diferente de outras decisões", afirma o ministro.

Embora reconheça que o STF às vezes toma "medidas excepcionais" diante de um contexto mais amplo, Gilmar diz não ver favorecimento a estados e municípios. Ele defende que as decisões da Corte sigam a lei, inclusive na cobrança das medidas de ajuste, mas evita comentar os demais casos. "Não vou emitir juízo sobre processos que estão sob a relatoria de outros colegas. Mas é importante que as situações sejam, tanto quanto possível, tratadas de maneira semelhante", disse.

O professor Maurício Bugarin, da Universidade de Brasília, destaca que a adoção de medidas de ajuste fiscal tem custo político e social. Por isso, quando o STF decide a favor de estados e municípios e poupa os gestores do desgaste, isso vira um incentivo perverso até mesmo para aqueles que estão com as contas em dia.

"Um governador olha e vê duas opções: aperta o cinto e gera impopularidade, ou vai no Supremo e diz 'se eu pagar isso, vou ter que cortar a merenda das crianças'. Aí o STF dá uma liminar. E ele consegue se reeleger e sair bem para outro cargo", afirma.

Hoje, as despesas de estados e municípios já passam até mesmo o gasto direto da União, o que interfere na tarefa do Banco Central de controlar a inflação. O professor da UnB traça um paralelo com os anos 1990, quando se via necessidade de tratar do problema dos bancos estaduais para controlar a alta dos preços.

A questão foi abordada em artigo de 1992 dos economistas Sérgio Werlang e Armínio Fraga. Sete anos depois, eles eram diretor de Política Econômica e presidente do BC, e implementaram o sistema de metas para inflação.

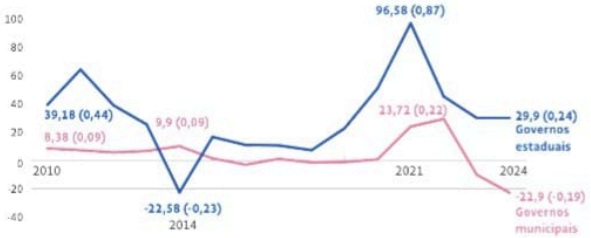
O argumento central era que o gestor do estado, ao conseguir transferir a responsabilidade para a União, gerava bem-estar para seu eleitorado pagando apenas um pedaço da fatura, que era dividida entre todos os brasileiros.

"Isso é um jogo não cooperativo em que a solução não é eficiente: é todo mundo jogando despesas para a União, e um gasto agregado maior do que se não tivesse a divisão", diz Werlang. O problema dos bancos estaduais foi endereçado, mas outras figuras passaram a operar essa mesma engrenagem, entre elas o STF.

Para ele, o quadro é fruto também da "falta de empenho" do Tesouro Nacional em mostrar os efeitos negativos das decisões. Procurado, o órgão afirma que as decisões são respeitadas, mas não cabe ao Tesouro se manifestar em relação ao mérito ou aos efeitos estruturais delas.

Resultado primário de estados e municípios

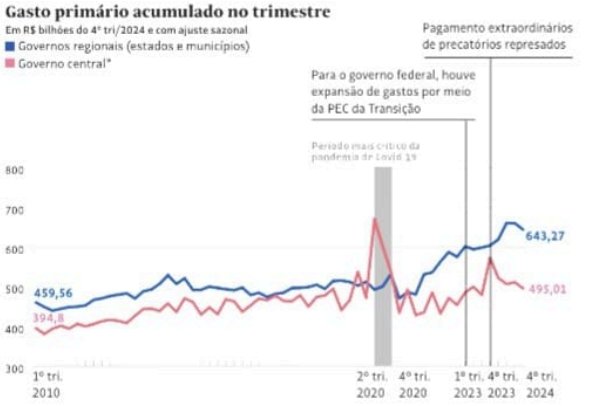
Em R$ bilhões (em % do PIB)



Fonte: dados do Banco Central elaborados pelo Santander

Gasto primário acumulado no trimestre

Em R$ bilhões do 4º tri/2024 e com ajuste sazonal



*Exclui auxílios a estados e municípios, Fundeb, FCDF (Fundo Constitucional do Distrito Federal), repasses da Lei Kandir e compensação à desoneração da folha

Fonte: estudo do economista Bráulio Borges, a partir de dados do Tesouro Nacional

Série abordou desequilíbrios nas finanças de estados e municípios

A situação das finanças regionais foi tema da série de reportagens "Desafio fiscal de estados e municípios", que a **Folha** conclui nesta segunda (14).

O material mostrou como a nova rodada de descentralização de recursos, inclusive via emendas parlamentares, serviu para turbinar as despesas, com consequências relevantes não só para a saúde fiscal desses entes mas também para o cenário econômico e político do país.

Pesquisadores apontam uma expansão fiscal dos governos subnacionais tão significativa que suas despesas já ultrapassaram o gasto direto da União, o que interfere no trabalho do Banco Central para combater a inflação.

> **Um governador olha e vê duas opções: aperta o cinto e gera impopularidade, ou vai no Supremo e diz 'se eu pagar isso, vou ter que cortar a merenda das crianças'. Aí o STF dá uma liminar. E ele consegue se reeleger ou sair bem para outro cargo**
>
> **Maurício Bugarin**
> Professor da UnB

Folha de São Paulo

Políticos fazem ofensiva em 4 frentes contra cotas para trans na Unicamp

Justiça e Promotoria foram procuradas e dois projetos estão protocolados na Assembleia Legislativa; medida não tiraria vagas do vestibular, diz universidade

Bruno Lucca

SÃO PAULO Políticos atuam em quatro frentes para barrar a oferta de cotas para pessoas trans, travestis e não binárias na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), aprovadas no dia 1º.

A instituição não é a primeira a anunciar reserva de vagas do tipo em solo paulista, mas todas as outras são federais.

Justiça e Ministério Público foram procurados contra a norma. Um projeto de lei e uma proposta de decreto legislativo estão protocolados na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) também visando derrubá-la.

Primeiro, o vereador da capital Rubinho Nunes (União) acionou o Tribunal de Justiça para questionar a resolução. A ação popular foi protocolada no dia 2.

"A Unicamp usurpou a competência do Congresso Nacional ao criar um critério de acesso baseado em identidade de gênero, sem qualquer respaldo legal. Essa política, além de inconstitucional, discrimina os demais candidatos que também enfrentam desigualdades e não podem concorrer a essas vagas", argumenta.

Já no dia 4, o deputado estadual Guto Zacarias, correligionário de Rubinho, enviou uma carta ao procurador-geral de Justiça de São Paulo, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, solicitando uma ação direta de inconstitucionalidade.

Segundo ele, a novidade confere tratamento desigual a candidatos e não encontra respaldo em legislação estadual ou federal. Zacarias diz que cabe ao Legislativo criar projetos do tipo.

Em resposta às críticas recebidas, a Unicamp argumenta que as cotas para pessoas trans, travestis e não binárias não irão tirar vagas da chamada ampla concorrência do vestibular. Ou seja, ninguém será prejudicado.

Segundo José Alves de Freitas Neto, responsável pela comissão de vestibular da instituição, os cursos tentarão criar vagas adicionais para as cotas. Quando isso não for possível, explica, haverá uma redistribuição das vagas exclusivamente via Enem.

"A expectativa é que tenhamos 120 vagas para pessoas trans, travestis e não binárias, sendo que aproximadamente 80 deverão ser adicionais/novas", afirma ele.

A Constituição garante à universidade autonomia didático-científica, acadêmica e financeira.

Rapidamente, o tema chegou também à Alesp. No dia 3, o deputado Tenente Coimbra (PL) protocolou um projeto de lei para proibir a reserva de cotas para candidatos trans, travestis, intersexo e não binários em universidades estaduais. A proposta seguirá para análise das comissões temáticas e, caso necessário, votada em plenário. Depois, precisa da sanção do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

> **A expectativa é que tenhamos 120 vagas para pessoas trans, travestis e não binárias, sendo que aproximadamente 80 deverão ser adicionais/novas**
>
> **José Alves de Freitas Neto**
> diretor da Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest) da Unicamp

A justificativa apresentada por Coimbra segue a mesma linha da de Zacarias e Nunes.

É, porém, uma proposta do deputado Tomé Abduch (Republicamos) que mais anima os contrários às cotas. Na última segunda (7), o parlamentar apresentou um decreto legislativo para suspender os efeitos da decisão da Unicamp.

Abduch diz que a instituição, como autarquia, integra o Executivo, de modo que seus atos devem respeitar os ditames legais, também sujeitando-se à aprovação pelo Legislativo.

O decreto é votado pelos deputados e, havendo maioria, começa a valer, sem precisar de sanção do governador.

A Unicamp vem denunciando ataques online e presenciais de manifestantes ligados a movimentos políticos de direita contrários à aprovação de cotas para pessoas trans, travestis e não binárias.

Veículo
Fala Caragua
Litoral em Pauta
Diário Caiçara

Câmara Municipal de Caraguatatuba homenageia 13 personalidades caiçaras em sessão solene de entrega de títulos

A Câmara Municipal de Caraguatatuba realizou na noite desta quinta-feira (10/04), no plenário Benedito Zacarias Arouca, a tradicional sessão solene de entrega dos títulos de Gratidão Caiçara, uma das mais importantes honrarias concedidas pelo Legislativo Municipal.

Leia a matéria completa aqui.

Veículo
Notícias das Praias

Prefeitura de Caraguatatuba pretende transformar navio aposentado pela Marinha em espaço cultural

Para a prefeitura, o Navio Sirius poderá se transformar num novo marco para o turismo e a cultura marítima

O prefeito de Caraguatatuba, Mateus Silva, completa 100 dias de governo. Silva após "colocar a casa em ordem", principalmente, no que se refere as finanças e aos problemas encontrados na saúde e na manutenção e limpeza dos bairros, divulgou algumas novidades que devem ser viabilizadas pela sua administração no turismo náutico.

Leia a matéria completa aqui.

Veículo
Notícias das Praias

Estado vai rever projeto e promover audiências públicas antes de duplicar Rio-Santos entre Caraguatatuba e Ubatuba

Moradores e comerciantes de Massaguaçu, Jetuba, Capricórnio, Cocanha e Tabatinga agendaram uma manifestação no dia 23, às 16h30, contra projeto inicial que prevê vias expressas na orla

Leia a matéria completa aqui.

Veículo
Notícias do Litoral Norte

ENTREVISTA EXCLUSIVA: Mateus Silva fala sobre os desafios e prioridades à frente da Prefeitura de Caraguatatuba

Em meio a críticas, cobranças e expectativas, o prefeito de Caraguatatuba, Mateus Silva, fala em entrevista exclusiva ao Notícias do Litoral Norte sobre o início de sua gestão. Eleito com a missão de reorganizar a cidade e recuperar serviços públicos essenciais, Mateus afirma ter herdado a Prefeitura com muitos problemas.

Leia a matéria completa aqui.

Cotidiano

O Estado de São Paulo

Setor de tecnologia puxa quedas nas Bolsas

Grupo que reúne Apple, Microsoft, Nvidia, Amazon, Alphabet, Meta e Tesla responde por 43% das perdas no ano

RENÉE PEREIRA

Apesar de a adoção de tarifas comerciais ter sido uma das promessas de campanha do republicano Donald Trump à Casa Branca, muitos, incluindo o mercado financeiro, acreditavam que a realidade iria se impor aos desejos do presidente americano. Mas Trump cumpriu sua promessa e deixou o mundo em alerta.

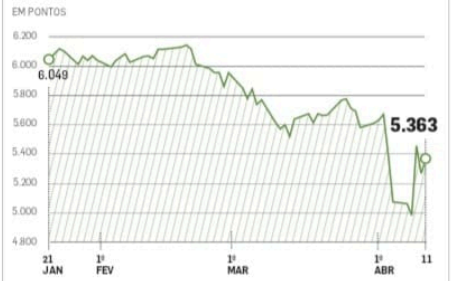
Nesse cenário, a instabilidade continua ditando o ritmo dos mercados. Entre as principais Bolsas globais, os índices americanos – S&P 500, Nasdaq e Dow Jones – seguem operando no vermelho. Ao longo da semana passada, por exemplo, a falta de direção ficou evidente: na terça-feira, os índices despencaram; na quarta, quando Trump anunciou uma trégua de 90 dias para a vigência das tarifas recíprocas, recuperaram parte das perdas; na quinta, voltaram a cair; e, na sexta, encerraram o dia em território positivo.

Desde 2 de abril, o S&P 500 acumula queda de 7,1%; a Nasdaq, de 6,9%; e o Dow Jones, de 6,23%, segundo os dados compilados pela consultoria Elos Ayta. Considerando o período desde a posse de Donald Trump, em 20 de janeiro, as perdas são ainda mais expressivas: 12,5% para o S&P 500, 16,52% para a Nasdaq e 8,95% para o Dow Jones.

Segundo a Elos Ayta, dos quase US$ 8 trilhões de perdas das Bolsas americanas neste ano 43% são das chamadas Sete Magníficas (grupo que reúne os papéis de Apple, Microsoft, Nvidia, Amazon, Alphabet, Meta e Tesla). Muitos produtos importados pelos EUA são predominantemente da China, incluindo 73% de smartphones, 78% de laptops, 87% de consoles de videogame e 77% de brinquedos.

S&P 500

Evolução do S&P 500 desde a posse de Donald Trump



FONTE: BROADCAST / INFOGRÁFICO ESTADÃO

RECUO. Essa dependência do mercado externo fez Trump recuar pela segunda vez na semana passada. Na sexta-feira, o governo americano emitiu uma regra que isentou smartphones, computadores, semicondutores e outros eletrônicos das tarifas recíprocas, no que foi visto como um alívio significativo para empresas de tecnologia como Apple e Dell. Os 20 tipos de produtos que ficaram isentos contabilizam 23% das importações dos EUA vindas da China.

O setor de tecnologia passou meses se aproximando do presidente. A Meta, a Amazon e outros líderes do setor doaram milhões para a posse de Trump, o apoiaram durante sua cerimônia de posse em janeiro e prometeram investir bilhões nos EUA como forma de apoio.

As isenções, porém, não representam um alívio completo. Ontem, em entrevista à emissora de televisão ABC News, o secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick, disse que o governo ainda mantém investigação sobre importação de semicondutores, e que isso poderia resultar em tarifas para esses setores "em um ou dois meses". O próprio Trump escreveu em rede social que "ninguém está sendo liberado" e que o governo analisa "semicondutores e toda a cadeia de suprimentos de eletrônicos nas próximas investigações de tarifas de segurança nacional". ●

Mais taxas

Secretário de Comércio fala em novas tarifas para setor de tecnologia 'em um ou dois meses'

O Estado de São Paulo

Tesouro Direto é opção para quem quer sair da caderneta de poupança

Segundo especialistas em finanças pessoais, aplicação garante proteção contra os solavancos da inflação e dos juros; escolha do papel depende do perfil de cada investidor

CAMILLY ROSABONI
ISABELA ORTIZ
E-INVESTIDOR

A relações públicas Adriane Schultz passou 10 anos investindo na poupança antes de dar uma chance ao Tesouro Direto. Os pequenos aportes em títulos públicos viraram hábito e, hoje, ela se arrepende de não ter dado o primeiro passo antes. Assim como ela, outros 3 milhões de investidores, que têm saldo em aplicações do Tesouro, estão mudando a forma como lidam com o dinheiro por meio da renda fixa.

O Tesouro é ideal para quem está começando a desbravar o mundo dos investimentos e deseja formar uma reserva financeira. "Esses títulos são considerados 'livres de risco', porque o governo pode usar diferentes estratégias para pagar a dívida, como emitir moeda, pegar empréstimos com entidades internacionais ou aumentar os impostos, diferentemente de um banco ou empresa", diz Marília Fontes, co-fundadora da Nord Investimentos.

Adriane começou com apenas R$ 500 no Tesouro Selic porque buscava um investimento com liquidez diária. Ao ganhar confiança, ampliou os aportes mensais para cerca de R$ 2 mil. Embora exemplos como o dela não sejam raros, muitas pessoas ainda optam por deixar dinheiro na poupança. Segundo dados mais recentes do Banco Central, somente em março os brasileiros depositaram cerca de R$ 339 bilhões na caderneta.

Para Valéria Vanessa Eduardo, professora de Ciências Contábeis da Anhanguera, a falta de educação financeira abre espaço para o medo. "Grande parte da população não tem acesso a informações adequadas sobre investimentos, o que perpetua um ciclo de estagnação e insegurança financeira. Sem esse conhecimento, muitos acabam se mantendo na poupança, enxergando isso como 'porto seguro'."

Antes de tudo, é preciso decidir qual título está alinhado ao perfil e aos objetivos do investidor. O educador financeiro João Victorino recomenda começar pelo Tesouro Selic para formar uma reserva de emergência. "O produto tem funcionamento semelhante ao da poupança, mas tende a render mais e pode ser resgatado a qualquer momento, sem risco de perdas", diz. Já os títulos prefixados e atrelados à inflação ajudam o investidor a entender melhor a dinâmica das taxas de juros e da economia. "O Tesouro Prefixado e o Tesouro IPCA+ são ideais para quem busca rendimentos ajustados pela inflação e deseja entender como a economia impacta seus investimentos", acrescenta.

Fique de olho
Investidor precisa ficar atento a questões técnicas como marcação a mercado e tributação

CUIDADOS. Apesar dos bons rendimentos, é importante ter cautela. Questões como a marcação a mercado (que determina o preço que um ativo teria caso o investidor decidisse vendê-lo antes do vencimento), precificação do câmbio e movimento dos juros podem impactar as taxas dos títulos públicos.

Aos 18 anos, o estudante de administração Guilherme Ferreira recebeu um montante vindo da reserva de emergência montada pelos seus avós, aplicada na poupança. Ainda inexperiente nos investimentos, tinha certeza de apenas uma coisa: não queria manter o dinheiro na caderneta. "O pessoal mais jovem entende que a poupança já não rende muito mais e que tem opções melhores e tão seguras quanto ela no mercado", afirma Ferreira, hoje com 21 anos. Optou, então, por investir o dinheiro em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e no Tesouro.

Ele relata ter se assustado ao ver seu rendimento do Tesouro Direto cair após um tempo. Mas isso se dá pela atualização diária do preço dos ativos pela marcação a mercado. Ou seja, se o título está negativo, significa que você teria prejuízo caso o vendesse naquele momento.

Com o passar do tempo, o estudante aprendeu a ganhar com a marcação a mercado, comprando, por exemplo, títulos do Tesouro IPCA enquanto eles estão com altas taxas de remuneração para poder revender esses mesmos títulos, dentro de alguns anos, quando os juros estiverem menores.

Outro recurso para evitar perdas no Tesouro é manter o título até o vencimento. "Nos títulos pós-fixados, você sempre vai resgatar no dia seguinte mais do que tinha no dia anterior. No caso dos prefixados e indexados à inflação, você só recebe a rentabilidade acordada se mantiver o título até o vencimento. Se vender antes, o rendimento será um produto da marcação a mercado", explica Marília, da Nord.

Além disso, quanto mais tempo o dinheiro ficar investido, menor será a incidência de Imposto de Renda aplicado na hora do resgate ou do vencimento do título. Isso porque a alíquota é regressiva: a máxima é de 22,5%, para aplicações de 180 dias ou menos, enquanto a mínima corresponde a 15%, para investimentos acima de 720 dias.

Há também o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que só incide sobre os investimentos resgatados antes de 30 dias. Por fim, existe a taxa de custódia da B3, de 0,2% ao ano. Aplicações de valor inferior a R$ 10 mil no Tesouro Selic estão isentas dessa taxa. ●

Na prateleira

Títulos disponíveis no Tesouro Direto

- **Tesouro Selic**
  Rentabilidade acompanha a Selic, com baixa volatilidade. Título líquido, ou seja, pode ser resgatado a qualquer momento
- **Tesouro Prefixado**
  Rentabilidade fixa, definida no momento da compra. O investidor sabe o valor exato que receberá no resgate. Objetivos de médio prazo
- **Tesouro IPCA+**
  Rentabilidade atrelada ao IPCA mais juros fixos. Protege contra variações de preços da economia. Indicado para proteção contra a inflação a longo prazo
- **Renda+**
  Sua rentabilidade está atrelada à variação do IPCA, acrescida de uma taxa de juros real definida no momento da compra do título
- **Educa+**
  Composta pela variação do IPCA mais uma taxa prefixada anual, levando a ganhos acima da inflação

O Estado de São Paulo

Neymar volta após 42 dias, mas Santos perde

Mesmo com o retorno de Neymar, que esteve fora de campo por mais de 40 dias devido a uma contusão e ontem entrou no segundo tempo, o Santos perdeu do Fluminense, no Maracanã, por 1 a 0, com um gol nos acréscimos, pela terceira rodada do Brasileirão. O clube da Baixada Santista amarga a zona do rebaixamento, com um só ponto em três partidas.

Em um duelo de baixo nível técnico e bastante faltoso, a equipe alvinegra viu o Fluminense criar mais chances e evidenciar superioridade ao longo da partida.

O Fluminense dominou as ações do jogo desde o primeiro minuto. Pelo lado tricolor, houve reclamações de pênaltis não assinalados pela arbitragem. O Santos tentava bolas longas e não conseguia encaixar bons ataques. Do banco de reservas, Neymar tentava instruir seus colegas em campo.

Os donos da casa jogaram mais e mereciam ter inaugurado o marcador, mas faltou precisão em lances decisivos e o placar não saiu do zero nos 45 minutos iniciais.

De volta aos gramados no segundo tempo, após se recuperar de um edema na coxa esquerda, Neymar teve dificuldades para se soltar e mostrou impaciência em campo.

Após Samuel Xavier puxá-lo pela camisa, o santista deixou o braço e acertou o rosto do adversário. O árbitro aplicou cartão amarelo ao camisa 10, que ainda foi tirar satisfação com o atleta tricolor. A situação apimentou o jogo. O Santos passou a ter mais controle da bola, enquanto o Fluminense tentava contragolpes.

Neymar tentou uma finalização, mas não pegou em cheio e facilitou a vida de Fábio.

O venezuelano Soteldo, que também entrou no intervalo, voltou a sentir uma lesão e saiu aos 30 minutos do segundo tempo.

Quando o jogo parecia fadado ao empate sem gols, aos 51 minutos, penúltimo minuto dos acréscimos, Samuel Xavier chutou para o gol, a bola desviou no santista Zé Ivaldo e entrou: Fluminense 1 a 0.

Na próxima quarta-feira, às 21h30, o Santos volta a campo para medir forças com o Atlético-MG, na Vila Belmiro. No mesmo dia o Fluminense vai à capital paulista enfrentar o Corinthians, na Neo Química Arena, às 19h30. ●

3ª RODADA DO BRASILEIRÃO

Fluminense	Santos
1	0

Gol: Samuel Xavier, aos 51 do segundo tempo.
FLUMINENSE: Fábio; Samuel Xavier, Thiago Silva, Freytes e René; Martinelli (Thiago Santos), Hércules (Bernal) e Lima (Keno); Arias, Cano (Everaldo) e Canobbio (PH Ganso).
Téc: Renato Gaúcho.
SANTOS: Brazão; Leo Godoy, Gil, Zé Ivaldo e Escobar; Diego Pituca (Bontempo), João Schmidt e Thaciano (Neymar); Rollheiser (Soteldo; Gabriel Verón), Tiquinho Soares (Deivid Washington) e Guilherme.
Téc: Pedro Caixinha.
Árbitro: Felipe de Lima (MG).
Cartões amarelos: Cano, Bernal, Leo Godoy, Neymar e Zé Ivaldo.
Público e renda: Não disponíveis.
Local: Maracanã, no Rio.

Folha de São Paulo

Riscos na inflação vão além dos alimentos

Datafolha aponta que 58% dos brasileiros aptos a votar reduziram a compra de comida, que encabeça preocupações com os preços; IPCA em alta, porém, sofre com o peso de outros setores, como os serviços

Dado seu papel no orçamento das famílias, sobretudo as mais pobres, a inflação dos alimentos, que acumula 7,67% em 12 meses, concentra atenções da opinião pública e preocupações políticas do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A mais recente pesquisa do Datafolha ajuda a dimensionar o impacto dessa carestia no eleitorado. Neste abril, 58% dos brasileiros aptos a votar relataram ter reduzido a compra de comida, taxa que chega a 67% na faixa até de dois salários mínimos. Para 54% dos entrevistados, ademais, o governo tem muita responsabilidade pelo encarecimento.

Os riscos relacionados à inflação, porém, vão além dos voláteis preços dos alimentos. O IPCA teve variação de 5,48% nos 12 meses contados até março, maior taxa desde fevereiro de 2023. De outubro de 2024 até agora, a variação desse índice supera os 4,5% ao ano —acima, portanto, do limite estabelecido pela política monetária (meta de 3% mais margem de 1,5 ponto percentual).

Os núcleos do IPCA, que descontam oscilações capazes de distorcer a medição, indicaram aceleração em março. A inflação dos serviços, tradicionalmente mais estável, é de 5,88% anuais.

Enquanto isso, a elevação dos juros, que já chegam a 14,25% e rumam aos 15% ao ano, ainda não faz efeito. O recuo do dólar no primeiro trimestre tampouco alivia a alta de preços, por ora.

O desempenho de indústria, comércio e serviços, segundo o IBGE, apresentou alguma desaceleração, "incipiente", na expressão empregada pela autoridade monetária. Mas os números de atividade estimados pelo Banco Central mal mostram tal perda de ritmo. Desde outubro do ano passado, o crescimento anual da economia, segundo tais dados, anda entre 3,7% e 3,9%.

O quadro geral é de uma economia aquecida, com inflação resistente, riscos aumentados e incertezas disseminadas.

De um lado, pelas informações disponíveis, não é um cenário propício para o arrefecimento dos preços. De outro, os números deste primeiro trimestre já parecem um tanto envelhecidos pela balbúrdia causada por Donald Trump e seus efeitos na nova configuração do comércio mundial, que devem aparecer já nos próximos meses.

Desde outubro de 2024, a variação do IPCA supera os 4,5% ao ano —acima, portanto, do limite estabelecido pela política monetária (meta de 3% mais margem de 1,5 ponto percentual)

Discute-se inclusive a tendência da cotação do dólar, se de recuo, estabilidade ou volta a níveis críticos, além de R$ 6.

Pode ser que uma desaceleração econômica mundial provoque baixa nos preços de commodities, como já ocorre com o petróleo. Mas há dúvidas sobre o que será dos alimentos, indefinição multiplicada pela incerteza a respeito da taxa de câmbio.

A perda de receitas petrolíferas e o PIB menor previsto para este ano tendem a derrubar a arrecadação do governo, agravando a situação fiscal, o que influencia expectativas de inflação. O único remédio disponível a fim de evitar impactos maiores continua a ser contenção dos gastos públicos e serenidade nas relações externas.

Folha de São Paulo

O novo Código Civil e a demolição do direito

Sem clareza a respeito do caráter vinculante dos contratos, da extensão da indenização e dos limites de filiação e sucessão, não há sociedade organizada

Judith Martins-Costa e Cristiano de Sousa Zanetti

Livre-docente, doutora em direito civil (USP) e ex-professora de direito civil na UFRGS, presidente do Instituto de Estudos Culturalistas (IEC)

Professor, mestre e doutor em direito civil (Faculdade de Direito da USP)

No último dia 1º de abril, diante de membros dos três Poderes da República, no Salão Negro do Congresso Nacional, foi festejada a apresentação ao Senado do projeto de reforma do Código Civil. A proposta foi então qualificada como uma atualização do Código Civil de 2002, voltada a modernizá-lo, a bem da segurança jurídica.

Não é disso que se trata, entretanto. Entre a intenção declarada e o que está feito há um fosso a transpor. Na verdade, o projeto consiste em um novo Código Civil, pois pretende modificar nada menos que 1.122 artigos do texto hoje em vigor, mudando a sua linguagem, a sua estrutura e o seu sistema. Considerando só o tamanho da mudança proposta, isso equivale a aprovar mudanças em três códigos penais ou nove códigos de defesa do consumidor.

A prevalecer o texto do novo Código Civil, o direito brasileiro não andará para a frente, mas recuará para tempos remotos, há mais de dois milênios, quando as regras que estruturam a nossa vida em sociedade ainda não se encontravam amadurecidas.

Isso porque o novo Código Civil colocará em xeque três pilares do nosso direito.

O primeiro deles diz respeito aos contratos. Se entrar em vigor, o conteúdo dos contratos passará ser controlado pelo Poder Judiciário com base nos conceitos de confiança, sinceridade e paridade —termos vagos, que não expressam conceitos densificados na cultura do direito e cujo significado o projeto não se dá ao trabalho de explicar. Estará aberto espaço para questionar os termos de um contrato, com base na afirmação de que já não há mais confiança na contraparte ou de que não se trata de uma relação paritária ou simétrica, seja lá o que isso queira dizer. Por essa razão, o novo Código Civil cria embaraço aos negócios, fomenta litígios sem fim e compromete o funcionamento da economia.

O segundo diz respeito à responsabilidade civil. Uma vez aprovado o novo Código Civil, a indenização deixará de ser medida pela extensão do dano, seja porque o ressarcimento patrimonial poderá ser substituído por um obscuro "montante razoável", "ponderado" com base em "máximas de experiência" (outro conceito vago), seja porque o dano moral poderá ser acrescido de uma pena "com caráter pedagógico", quando possível, inclusive, de ser revertida a fundos públicos, devendo ser estimada com base em uma multiplicidade de critérios confusos, distantes do que ensina a tradição e o direito comparado. Isso sem contar a regra que passa a permitir a indenização de "danos indiretos" e que torna impossível o cálculo de futuros a se considerar ao hora de calcular o montante do ressarcimento. Nesse cenário, o círculo de danos se ascende. Tudo mais a um jogo de azar do que a uma forma de cálculo.

O terceiro diz respeito ao direito de família e de sucessões. O novo Código Civil admite a filiação socioafetiva, desde que declarada por decisão judicial. O texto, no entanto, não prevê os critérios para que uma pessoa possa ser considerada filha, sob a perspectiva da socioafetividade. Isso significa que a decisão sobre quem é filho dependerá da percepção de cada juiz, o que, necessariamente, conduzirá a decisões muito díspares na matéria. Pessoas em situações análogas ora serão consideradas filhas, e, portanto, credoras de alimentos e titulares de herança; ora não o serão. Uma injustiça, a toda prova. Do mesmo modo, será possível impugnar a qualquer tempo uma condição de pai: semelhantemente ao que se fez com "teste de bafômetro", se o apontado como pai se recusar a fazer exame de DNA, se tornará "pai" por ato do oficial do cartório, sem qualquer outra prova, com todas as consequências patrimoniais e extrapatrimoniais que a paternidade acarreta.

O verdadeiro beneficiado será o arbítrio, pois as regras jurídicas poderão ser interpretadas de acordo com o gosto de quem as aplica. (...) Espera-se que o Senado não permita a demolição do nosso direito pretendida pelo novo Código Civil

Não há como superestimar os custos sociais e econômicos de tamanha insegurança jurídica. Sem ter clareza a respeito do caráter vinculante dos contratos, da extensão da indenização, dos limites da filiação e da sucessão, não há sociedade que possa se organizar de maneira adequada. No regime proposto pelo novo Código Civil, o verdadeiro beneficiado será o arbítrio, pois as regras jurídicas poderão ser interpretadas de acordo com o gosto de quem as aplica.

Por conta disso, espera-se que o Senado se desincumba da tarefa que lhe é confiada pelo povo brasileiro e não permita a demolição do nosso direito pretendida pelo novo Código Civil.

Folha de São Paulo

André Valadão, líder da Lagoinha; igreja fundou fintech religiosa Reprodução

Líder da Igreja da Lagoinha cria banco digital para fiéis e pastores

SÃO PAULO Na conta oficial no Instagram, o Clava Forte Bank se define, em uma das postagens, como "um banco criado para impulsionar os projetos do Reino de Deus".

Administrada pelo pastor e cantor gospel André Valadão, e pela sua mulher, a influenciadora Cassiane Valadão, a fintech foi fundada em março do ano passado mas entrou em atividade recentemente. Ele é também presidente da Lagoinha Global, igreja batista que engloba cerca de 700 unidades.

Segundo o site do Serasa, o Clava Forte e a igreja Lagoinha estão no mesmo prédio em Belo Horizonte.

Procurado pela **Folha**, o Clava Bank informa ser uma solução privada e exclusiva para o ecossistema da Igreja Batista da Lagoinha, voltada exclusivamente ao atendimento de suas igrejas, pastores, lideranças e projetos institucionais.

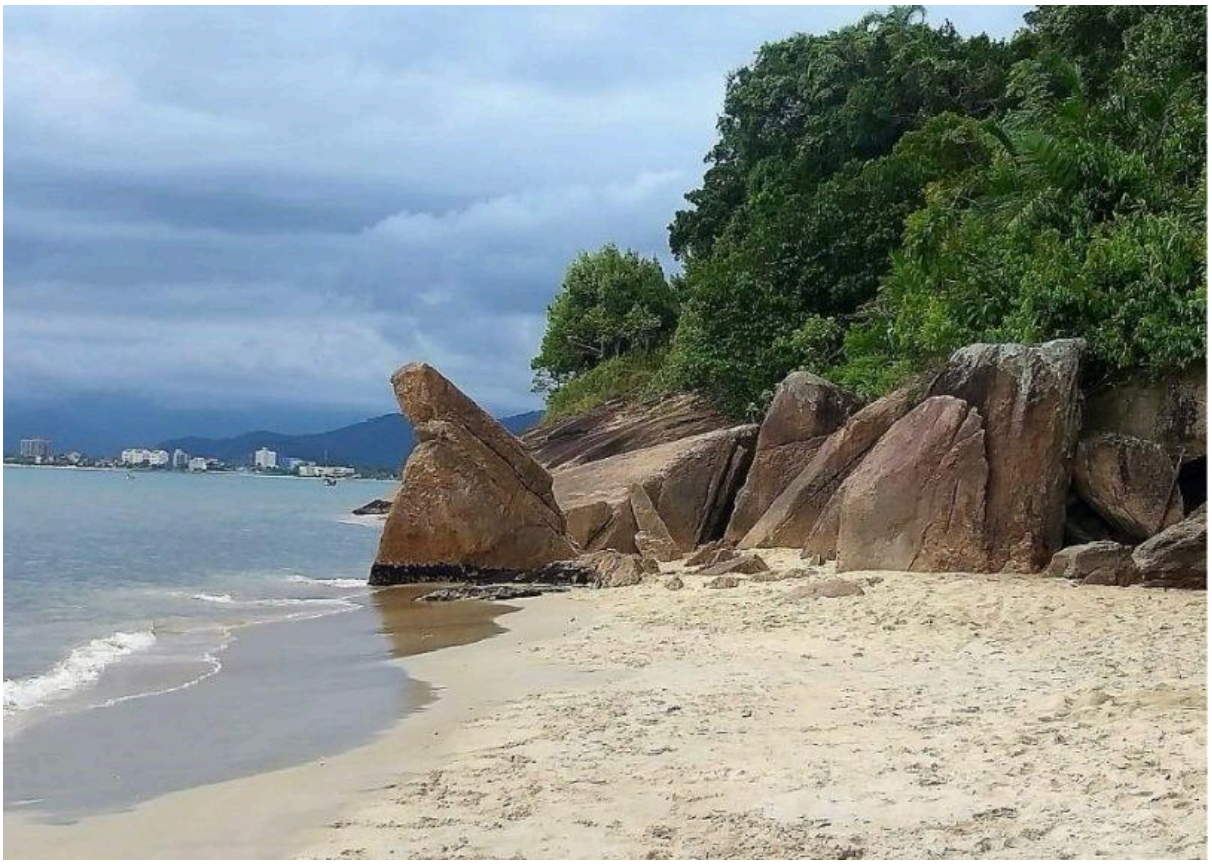
A empresa não consta na lista de instituições autorizadas pelo Banco Central.

O Clava Bank diz em comunicado que, "por atuar como correspondente bancário e utilizar a infraestrutura de instituições devidamente licenciadas, não figura diretamente na lista de instituições autorizadas pelo Banco Central, o que é plenamente legal e previsto na regulamentação vigente".

Não é divulgado o número de clientes nem valor movimentado até o momento. Para se tornar cliente, é preciso ter um código de convite. Os serviços oferecidos são de cartões de crédito pré-pagos "adaptados às necessidades das instituições cristãs", gestão de contas digitais para elas e para pastores.

A Lagoinha foi fundada em 1957 pelo pastor José Rego do Nascimento e passou para a família Valadão em 1972.

Veículo
Tamoios News
Fala Caragua



Expectativa de 100% de ocupação hoteleira marca feriados nacionais e Aniversário de Caraguatatuba

O feriado prolongado promete movimentar Caraguatatuba em comemoração aos 168 anos de emancipação político-administrativa com uma programação repleta de atrações culturais, esportivas e musicais. A expectativa é de ocupação total na rede hoteleira da cidade durante os dias de celebração.

Leia a matéria completa aqui.

Veículo
Radar Litoral

Grupo de moradores de Caraguá realiza movimento 'Eu me importo' em defesa dos animais

Um grupo de moradores de Caraguatatuba realizou, na manhã deste domingo (13/4), uma manifestação em defesa dos animais. A ação faz parte do movimento 'Eu me importo', organizado pela moradora Talita Castro.

O grupo cobra justiça em relação a situações de maus tratos. Na semana passada, um cachorro foi morto pela própria tutora, o que motivou a organização da passeata.

O manifesto teve concentração na Praça de Eventos do Porto Novo e reuniu cerca de 50 pessoas. O movimento pede fiscalização para casos de maus tratos, bem como a aplicação das leis.

Veículo
Tamoios News

Projetos artísticos e culturais podem se inscrever para patrocínio até 26 de maio

Artistas e produtores culturais já podem inscrever seus projetos para a seleção do edital 2026/2027 do Programa de Patrocínios. Serão destinados R$ 120 milhões para o período, um aumento de 20% em relação à edição anterior, com o objetivo de ampliar e diversificar os projetos apoiados em todo o país. As inscrições estão abertas até o dia 26 de maio. A iniciativa é promovida pelo Banco do Brasil.

Leia a matéria completa aqui.

Veículo
Tamoios News

Evento de tecnologia de inclusão de gênero é destaque no dia 24 de abril em Caraguatatuba

Caraguatatuba será palco de um importante evento de tecnologia de inclusão de gênero. Trata-se do #ElasTech, que será realizado no dia 24 abril, no Teatro Mário Covas.

Leia a matéria completa aqui.

Veículo
Tamoios News

Etec de Caraguatatuba faz consultoria gratuita para declaração do IRPF dias 8 e 9 de maio

Alunos e professores de diversas Escolas Técnicas (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais, administradas pelo Centro Paula Souza (CPS), continuam prestando consultoria gratuita para orientar os contribuintes na declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). A data final para acertar as contas com a Receita Federal é 30 de maio.

Leia a matéria completa aqui.

Veículo
Tamoios News

Pré-Conferências sobre Direitos da Pessoa Idosa começam nesta segunda-feira (14)

Encontros para escuta, diálogo e construção coletiva. Esse é o objetivo das Pré-Conferências de Direitos da Pessoa Idosa, que se iniciam nesta segunda-feira, dia 14, entre 9h e 11h, no auditório da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso (Sepedi), no bairro Jardim Jaqueira.

Leia a matéria completa aqui.

Veículo
Fala Caragua
Ubatuba Times

Caraguatatuba promove palestras sobre Transtorno do Espectro do Autismo

Mais empatia e respeito. Duas palestras com tema 'Informação Gera Empatia, Empatia Gera Respeito' foram realizadas na manhã de sexta-feira (11), na sede da Secretaria de Educação, em Caraguatatuba.

Leia a matéria completa aqui.

Veiculo
Radar Litoral

Alunos da EMEI/EMEF Benedito Inácio Soares fazem blitz educativa com motoristas em Caraguatatuba

Com um bloquinho de multas nas mãos, no qual há nove itens como estacionar sobre a calçada, não usar o cinto de segurança, estacionar sobre a calçada, motociclista não usar capacete e sem a viseira, entre outros itens, os alunos da EMEI/EMEF Benedito Inácio Soares, localizada no Massaguaçu, em Caraguatatuba, foram para a rua nesta sexta-feira (11) em frente à unidade escolar para colocar em prática, na Blitz Educativa, o que aprenderam no Programa Trânsito Legal.

Leia a matéria completa aqui.

Veículo
Diário Caiçara
Notícias do Litoral Norte

Retomada do Programa de Regularização Fundiária beneficia moradores de Loteamento Recanto do Sol e Tinga

Moradores do Núcleo Recanto da Luz, localizado no loteamento Recanto do Sol, com cerca de 35 ocupações, no Golfinhos, e do Núcleo Jardim Samambaia no bairro do Tinga, com cerca de 29 ocupações, estão recebendo a visita da equipe da Secretaria de Habitação para a retomada do Programa de Regularização Fundiária no município.

Leia a matéria completa aqui.

Veículo
Notícias do Litoral Norte

Caraguatatuba regulariza pagamento do piso da enfermagem a profissionais conveniados

Enfermeiros e técnicos de enfermagem das empresas conveniadas com a Secretaria de Saúde de Caraguatatuba receberam, nesta segunda-feira (9), os valores referentes ao piso salarial da categoria. O repasse, que estava suspenso há três meses, foi regularizado pela atual administração e quitado com correção.

Leia a matéria completa aqui.

Geral

Veículo
Radar Litoral

Repórter Online Litoral
Diário Caiçara
Agora Vale
TV Thati

Bombeiros combatem incêndio em apartamento na zona sul de Caraguá

O Corpo de Bombeiros foi acionado, na tarde de domingo (13/4), para ocorrência de incêndio em apartamento localizado na rua Dom Pedro da Silva, no bairro Porto Novo, zona sul de Caraguatatuba. Ao chegarem no local, os bombeiros encontraram um condomínio composto por quatro blocos, cada um com dois apartamentos. O fogo teve início na lavanderia de um dos apartamentos.

A fumaça já havia se espalhado por todo o imóvel, colocando em risco a estrutura e os moradores. A equipe atuou rapidamente na extinção das chamas e realizou a ventilação do ambiente para eliminar a fumaça acumulada. Ninguém ficou ferido durante a ocorrência.

Após o controle total do incêndio, o local foi deixado em segurança e entregue aos cuidados da proprietária do imóvel.

Veículo
G1 Vanguarda
Diário Caiçara

Carro fica destruído após pegar fogo em Caraguatatuba, SP

Um carro ficou completamente destruído após pegar fogo em uma via na Martim de Sá, em Caraguatatuba, na noite deste sábado (12). Ninguém ficou ferido.

O Corpo de Bombeiros informou que foi acionado por volta das 18h50, para atender a ocorrência de carro em chamas.

Os bombeiros combateram o fogo e deixaram o local em segurança.

As chamas consumiram o veículo, deixando o carro com diversos danos. As causas do incêndio ainda serão apuradas.

Veículo
Diário Caiçara

GCM apreende máquinas caça-níqueis no Jaraguazinho, em Caraguatatuba

Em apoio aos Fiscais de Postura e Urbanismo da prefeitura, na última sexta-feira (11/04) à noite, em um bar, na rua Sebastião Moreira César, bairro Jaraguazinho, em Caraguatatuba, a equipe da GCM (Guarda Civil Municipal) encontrou 03 máquinas de jogos de azar em pleno funcionamento.

As máquinas, tipo caça-níquel, estavam no interior do bar atrás de engradados empilhados de refrigerante e cerveja.

Diante dos fatos foi dado ciência ao delegado de plantão, que acionou a perícia para o local.

Foram recolhidos o valor em espécie de R$178,00, as memórias dos aparelhos e o notário das 3 máquinas, lacrando-os e posteriormente encaminhados com o laudo à delegacia.

A representante do bar foi conduzida a delegacia juntamente com as máquinas, onde o delegado de plantão elaborou o BOPC para as demais providências.

Turismo e Esporte

Veículo
Radar Litoral

Surfista Katellyn Alves é campeã da 2ª etapa do Brasileiro de Longboard em Sergipe

A jovem surfista de Caraguá, Katellyn Alves de Oliveira, de apenas 15 anos, conquistou nesta semana o título da 2ª etapa do Brasileiro de Longboard (CBSurf), realizada na praia de Abaís, na cidade de Estância, em Sergipe. A atleta caraguatatubense vem se destacando nas competições que participa.

Leia a matéria completa aqui.

Veículo
Fala Caragua

Seletiva para os Jogos Regionais da Melhor Idade é encerrada em Caraguatatuba

Com muita superação e determinação, os atletas da melhor idade de Caraguatatuba participaram da seletiva dos Jogos Regionais da Melhor Idade (Jomi) no município. A competição terminou nesta sexta-feira (11), com a modalidade 'natação', no Centro Esportivo Municipal Ubaldo Gonçalves.

Leia a matéria completa aqui.

Cultura

Veículo
Tamoios News
Litoral em Pauta
Diário Caiçara
Jornal do Litoral
Notícias do Litoral Norte

15ª Paixão de Cristo de Caraguatatuba será encenada no Complexo Turístico do Camaroeiro

O Complexo Turístico do Camaroeiro será o novo local em 2025 para a 15ª edição da Paixão de Cristo de Caraguatatuba. A encenação será realizada no dia 18 de abril, sexta-feira, às 20h. A classificação é livre e a entrada é gratuita, com sugestão de doação de 1kg de alimento não perecível, destinado ao Fundo Social de Caraguatatuba.

Leia a matéria completa aqui.

Entrevistas Passadas

13.04.2025

Entrevista com Helena Ferreira, jovem promessa do Jiu-Jitsu do Jaraguá, para o Jornal Agora Litoral Norte.

Pauta: trajetória inspiradora de Helena Ferreira Siqueira, atleta de apenas 16 anos que representa Caraguatatuba no cenário nacional e internacional do jiu-jitsu.

Assista a reportagem completa aqui.

Clipping Eletrônico

24.03.2025

Entrevista com o Educador Físico, Mário Ferreira, para a TV Câmara.

Pauta: Torneio de Futevôlei

Assista a reportagem completa aqui.